

**Conselho Regulador da
Entidade Reguladora para a Comunicação Social**



**Deliberação
45/LIC-R/2008**

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Renovação de licença para o exercício da actividade de
radiodifusão sonora de que é titular Moviface – Meios
Publicitários, Lda.**

Lisboa

17 de Dezembro de 2008

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação 45/LIC-R/2008

Assunto: Renovação de licença para o exercício da actividade de radiodifusão sonora de que é titular Moviface – Meios Publicitários, Lda.

I. Pedido

1. Em 5 de Novembro de 2008, e ao abrigo do disposto no artigo 17º, n.º 1, da Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro (doravante, Lei da Rádio), deu entrada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) o pedido de renovação de licença para o exercício de radiodifusão sonora apresentado pela Moviface – Meios Publicitários, Lda.
2. A Moviface – Meios Publicitários Lda., é titular da licença para o exercício da actividade de radiodifusão para cobertura local desde 9 de Maio de 1989, estando a emitir com a denominação “Sete FM”, frequência 100.8 MHz, no concelho da Maia, disponibilizando um serviço temático musical.

II. Da instrução e análise do processo

3. A Requerente fez acompanhar o pedido em apreço dos seguintes documentos:
 - a) Requerimento para renovação do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão;
 - b) Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora passada pela ANACOM – Instituto das Comunicações de Portugal;
 - c) Cópia do respectivo pacto social;
 - d) Certidão da Conservatória do Registo Comercial;

- e) Declaração da entidade requerente de que não detém participação em mais de cinco operadores de radiodifusão;
 - f) Declarações individualizadas dos sócios de cumprimento do disposto no artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio;
 - g) Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir e respectivos horários;
 - h) Estatuto editorial;
 - i) Memória descritiva da actividade desenvolvida nos últimos dois anos;
 - j) Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a segurança social;
 - k) Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelos serviços de finanças;
 - l) Último relatório de contas.
4. No que se refere aos documentos indicados nas alíneas a) a d) verificou-se que os mesmos estão em conformidade com os normativos legais correspondentes, destacando-se o facto de o operador obedecer ao princípio da especialidade, em conformidade com o artigo 3º, n.º 1 da Lei da Rádio.
5. O operador remeteu declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio, concluindo-se pela inexistência de participações em outros operadores.
- O sócio Acácio Martins Marinho declarou deter mais duas participações, uma no operador “Nova Rádio Voz de Santo Tirso, Unipessoal, Lda.” e outra no operador “Jornal da Trofa, Lda.”; a sócia Maria Antonieta Pereira Gomes Marinho declarou que detém participação no operador “Jornal da Trofa, Lda.”, concluindo-se que ambos obedecem ao artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio.
- Os restantes sócios declararam não deter participações em outros operadores de radiodifusão.

6. O estatuto editorial do serviço de programas denominado “Sete FM”, apresenta-se em conformidade com o disposto no artigo 38º, da Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, dele constando os compromissos impostos pelo normativo.
7. O operador “desenvolve uma programação conjunta com o operador R. Cidade – Produções Audiovisuais, S.A.” para a emissão do Serviço de Programas “Romântica FM”, sendo que “o programa é vocacionado para a satisfação dos interesses de um público que busca uma emissão de rádio que possa proporcionar momentos de tranquilidade num registo informal e descontraído, num tom popular de comunicação que integre informações úteis, noticiários, meteorologia, trânsito, etc.”
8. Segundo o artigo 30º, da Lei da Rádio, “os serviços de programas temáticos que obedecem a um mesmo modelo específico podem associar-se entre si, até ao limite máximo de quatro, para a difusão simultânea da respectiva programação, não podendo entre os emissores de cada um deles mediar uma distância inferior a 100 km”.
9. Atento o artigo acima citado, bem como o facto de ambos os operadores emitirem uma programação temática musical, conclui-se que tal situação está em conformidade com a Lei da Rádio.
10. Segundo a memória descritiva da actividade desenvolvida nos últimos dois anos, a “Sete FM” tem difundido uma programação que assenta na difusão de música cantada em português.
11. Da análise dos documentos remetidos e da informação recolhida é possível inferir que a actividade é desenvolvida e explorada pela entidade titular da licença.

À luz das peças constantes do processo constata-se que as condições e termos do projecto aprovado foram respeitados, estando o operador a emitir em conformidade com o artigo 30º, da Lei da Rádio.

O operador e as pessoas singulares que o integram não detêm participações proibidas em empresas licenciadas para o exercício da actividade, não tendo sido detectadas alterações não autorizadas ao controlo da empresa.

III. Deliberação

Nestes termos, analisando o processo relativo ao pedido de renovação de licença em causa e encontrando-se satisfeitas, à luz das peças dele constantes, as normas legais atinentes, o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social delibera, ao abrigo do disposto no artigo 24º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, e artigo 17º, n.º 1, da Lei da Rádio, renovar, pelo prazo de 10 anos, a licença para o exercício da actividade de radiodifusão sonora de que é titular o operador Moviface – Meios Publicitários, Lda., para o concelho da Maia, frequência 100.8 MHz, com a denominação de “Sete FM”.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2008

O Conselho Regulador,

José Alberto de Azeredo Lopes
Elísio Cabral de Oliveira
Luís Gonçalves da Silva
Maria Estrela Serrano
Rui Assis Ferreira